



162 34  
C

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO Nº 0006144-93.2010.8.17.0000 (0032245-6/01)

Agravante: Município do Recife ✓

Procurador: Dr. Humberto Cabral Vieira de Melo

Agravado: Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus

Advogado: Dr. Francisco Carlos de Matos Felix

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. NÃO CONTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

5x14

1 - percebe-se dos documentos acostados às fls. 13/14 dos autos, que participam da entidade previdenciária os contribuintes e beneficiário. No entanto, a fonte de custeio dos serviços por ela prestados se darão, além de outros, das contribuições mensais do patrocinador e dos contribuintes fixadas no regulamento do plano básico de benefícios. Note-se. que não se cogita da possibilidade do beneficiário contribuir para a entidade.

2 - Recurso de Agravo Improvido.

3 - Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo nº 0006144-93.2010.8.17.0000 (0032245-6/01), em que figura como agravante Município do Recife e como agravado Fundação Banco Central de Previdência Privada.

162 35  
C

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010 presidida pelo Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, acompanhado pelo vogal Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 20/05/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator

163 36  
C



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO Nº 0006144-93.2010.8.17.0000 (0032245-6/01)

Agravante: Município do Recife

Procurador: Dr. Humberto Cabral Vieira de Melo

Agravado: Fundação Banco Central de Previdenciária Privada - Centrus

Advogado: Dr. Francisco Carlos de Matos Felix

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo interposto contra decisão terminativa que, nos autos da Ação de Repetição de indébito, negou seguimento ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, mantendo-se incólume a sentença recorrida, no sentido de condenar o Município a restituir à autora o valor recolhido correspondente ao ITBI, incidente sobre a aquisição de salões comerciais, sendo tudo atualizado monetariamente, com incidência de juros a partir da citação.

O agravante interpôs o presente recurso de agravo alegando, resumidamente, em suas razões de fls. 02/19 que:

- os beneficiários somente fazem *jus* aos benefícios na falta do contribuinte, assim, na condição de dependentes, ainda que indiretamente, contribuem para o custeio da entidade e dos benefícios;
- nos cálculos atuarias para definição do valor da contribuição devida pelos contribuintes, são consideradas as despesas possíveis com a complementação de pensão, de auxílio reclusão e o pecúlio por morte, direitos assegurados aos beneficiários;
- a súmula nº 730 do STF dispõe *in verbis*: "*a imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, c, da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários*".

164  
37  
C

Requer ao final, que esta relatoria reconsidere a decisão recorrida ou que apresente o recurso em mesa para julgamento perante a 8ª Câmara Cível dessa Corte de Justiça.

É o relatório.

Recife, 20/07/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO Nº 0006144-93.2010.8.17.0000 (0032245-6/01)

Agravante: Município do Recife

Procurador: Dr. Humberto Cabral Vieira de Melo

Agravado: Fundação Banco Central de Previdenciária Privada - Centrus

Advogado: Dr. Francisco Carlos de Matos Felix

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

O incorformismo do agravante reside contra decisão terminativa que, nos autos da Ação de Repetição de indébito, negou seguimento ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, mantendo-se incólume a sentença recorrida, no sentido de condenar o Município a restituir à autora o valor recolhido correspondente ao ITBI, incidente sobre a aquisição de salões comerciais, sendo tudo atualizado monetariamente, com incidência de juros a partir da citação.

O art. 150, inc. VI, "c" da CR/1988 prevê imunidade sobre o patrimônio, renda ou serviços de entidade de assistência social sem fins lucrativos. Aqui, resta-nos saber se a apelada é realmente entidade prestadora de serviço social e, se em razão disso, faz *jus* a imunidade tributária referente ao ITBI.

Quanto ao primeiro ponto, entendo não haver dúvidas. Nos termos da Lei nº 6435/1977 a apelada é considerada como entidade complementar do sistema de previdência e assistência social, *in verbis*:

"Art. 39(...)

§3º - As entidades fechadas são consideradas instituições de assistência social, para efeitos da Letra "c" do item II do art. 19 da Constituição".

Inicialmente, há de considerar a apelada/AGRAVADA, pela redação exposta, imune ao pagamento de todo e qualquer tributo,

166  
39  
C

adequando-se, portanto, ao texto constitucional. O que certamente causaria algum óbice à concessão de tal medida seria a redação da súmula do STF nº 730 que dispõe: **"A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA A INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS PELO ART. 150, VI, "C", DA CONSTITUIÇÃO, SOMENTE ALCANÇA AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PRIVADA SE NÃO HOVER CONTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS"**

Ora, percebe-se dos documentos acostados às fls. 13/14 dos autos, que participam da entidade previdenciária os contribuintes e beneficiário. No entanto, a fonte de custeio dos serviços por ela prestados se darão, além de outros, das contribuições mensais do patrocinador e dos contribuintes fixadas no regulamento do plano básico de benefícios. Note-se, que não se cogita da possibilidade do beneficiário contribuir para a entidade, razão pela qual inaplicável a súmula do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, ressalto que a jurisprudência manifesta-se nesse mesmo sentido, a saber:

EMENTA: Embargos de declaração em recurso extraordinário. 2. Entidade fechada de previdência privada. Contribuição por parte dos empregados? Ausência. Imunidade tributária devida. Art. 150, VI, "c" da CF/88. Precedente. 3. Acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência desta Corte. 4. A manutenção de decisões divergentes da interpretação constitucional revela-se afrontosa à força normativa da Constituição e ao princípio da máxima efetividade da norma constitucional. 5. Embargos de declaração rejeitados. STF - RE 227001 ED / DF - DISTRITO FEDERAL. EMB.DECL.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Relator(a): Min. GILMAR MENDES. Julgamento: 18/09/2007. Órgão Julgador: Segunda Turma.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. NÃO-CONTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS. IMUNIDADE. POSSIBILIDADE. 1. É imprescindível à aplicação da regra constitucional que se faça a distinção entre o

167 40 C

caráter oneroso, ou não, da participação dos beneficiários do plano de previdência privada; a imunidade prevista na alínea "c" do inciso VI do artigo 150 da Constituição do Brasil deve ser aplicada quando os beneficiários não contribuem e a mantenedora arca com todos os ônus. Agravo regimental a que se nega provimento. STF - RE 541512. AgR / SP - SÃO PAULO AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. EROS GRAU. Julgamento: 24/06/2008. Órgão Julgador: Segunda Turma.

Assim, em face do exposto, voto no sentido de conhecer e negar provimento ao presente recurso de agravo, para, manter incólume a decisão terminativa vergastada.

É como voto.

Recife,

20/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
relator